

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Ato nº 106, 20 de maio de 2005.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005, para divulgação e conhecimento público.

ANTÔNIO MARQUES CAVALCANTE FILHO
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

**ANEXO I
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2004 A ABRIL/2005**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	MAIO/2004 A ABR/2005
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	99.624
Pessoal Ativo	84.890
Sentenças Judiciais - Pessoal do próprio Órgão	11
Sentenças Judiciais - Pessoal de outros Órgãos e Entidades	11.525
Demais Despesas com Pessoal Ativo ²	73.354
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.618
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	24.884
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0
Decorrentes de Decisão Judicial	11.716
Despesas de Exercícios Anteriores	5.195
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.973
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹	3.669
Contribuições Patronais	3.669
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (IV) = (I + II + III)	103.293
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	280.593.633
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	0,036812%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,087418%	245.289
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,083047%	233.025

FONTE: SIAFI 2004/2005

NOTAS:

(1) Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

(2) Encontra-se somado neste item o valor de R\$ 659.173,38 relativo a obrigação patronal com pessoal

inativo e pensionista nos meses de maio e junho de 2004, decorrente da aplicação da MP 167/2004, sendo posteriormente alterada a obrigatoriedade do recolhimento pela Lei 10.887/2004.
Observação: As despesas de Pessoal e encargos sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 20 de maio de 2005.

ANTÔNIO MARQUES CAVALCANTE FILHO
Presidente do Tribunal

FRANCISCA REGINA MAGALHÃES CAVALCANTE
Diretora Geral - Ordenadora da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

JOSÉ JUCIÊ DA CUNHA PINTO
Assessor de Planejamento e Controle Interno